A FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE (DES)ORDEM GLOBAL: O QUE REVELAM OS RESULTADOS DO ENADE 2025

Gisele Cardoso Barros[1]
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahía, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0612-6171
Endereço eletrônico: giselecardosobarros57@gmail.com

Leila Pio Mororó[2]
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahía, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9074-5257
Endereço eletrônico: leila.mororo@uesb.edu.br

Alcirlene Aparecida Souza dos Santos Pinto[3]
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahía, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-6026-5848
Endereço eletrônico: alcyrlene.souza@gmail.com

Palavras-chave: Enade, neoliberalismo, formação de professores.

INTRODUÇÃO

A formação de professores ocupa posição estratégica nos projetos de sociedade em disputa no século XXI. Em um contexto marcado pelas transformações da ordem capitalista global, pelas reformas do Estado e pela crescente influência de organismos internacionais sobre as políticas educacionais, a educação passou a ser concebida como elemento central para a competitividade econômica e para a adaptação dos indivíduos às exigências do mercado. Nesse cenário, consolidam-se reformas educacionais orientadas por princípios neoliberais que privilegiam a eficiência, a produtividade, a gestão por resultados e a expansão de mecanismos de avaliação e controle sobre os sistemas educacionais.

De acordo com Peroni (2003), a redefinição do papel do Estado, intensificada a partir da década de 1990, promoveu a transferência de responsabilidades públicas para o setor privado e introduziu novas formas de regulação pautadas pela lógica gerencial. Na mesma direção, Boron (2003) argumenta que as reformas orientadas pelo mercado, implementadas em diversos países da América Latina, contribuíram para subordinar direitos sociais às exigências da acumulação capitalista, convertendo-os progressivamente em serviços regulados por critérios de eficiência econômica. No campo educacional, esse movimento

favoreceu a expansão da privatização, a ampliação da participação empresarial na formulação de políticas públicas e a crescente mercantilização da educação superior.

No caso da formação docente, essas transformações manifestam-se na expansão das licenciaturas em Educação a Distância (EaD), no crescimento do setor privado e na centralidade das avaliações em larga escala e dos currículos orientados por competências, configurando um projeto educacional alinhado às demandas do mercado. Conforme Freitas (2018), trata-se de uma reforma empresarial da educação, na qual a qualidade passa a ser medida prioritariamente por indicadores de desempenho, em detrimento de questões relacionadas ao financiamento, às condições de trabalho docente e às desigualdades sociais, aprofundando a disputa entre uma formação voltada às exigências do mercado e outra comprometida com a emancipação humana e a justiça social.

É nesse contexto que se inserem o Enade das Licenciaturas e sua articulação com a Prova Nacional Docente (PND), em 2025, instrumentos que vêm assumindo papel cada vez mais relevante na avaliação e regulação da formação inicial de professores. Mais do que aferir desempenhos individuais ou institucionais, esses mecanismos permitem analisar os efeitos das políticas educacionais implementadas nas últimas décadas e suas repercussões sobre a qualidade da formação docente.

Partindo dessas reflexões, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: o que revelam os resultados do Enade das Licenciaturas 2025 acerca da formação docente brasileira contemporânea?

A formulação dessa questão fundamenta-se na compreensão de que os resultados educacionais não constituem fenômenos neutros ou exclusivamente pedagógicos. Ao contrário, eles expressam materialmente escolhas políticas, econômicas e institucionais que orientam a organização da educação em determinado momento histórico. Assim, os resultados do Enade são analisados neste estudo como indicadores das disputas que atravessam a formação docente brasileira, permitindo problematizar os impactos da expansão do setor privado, da massificação das licenciaturas através da modalidade EaD e da crescente centralidade das avaliações em larga escala. Mais do que identificar percentuais de proficiência, interessa compreender quais concepções de docência e formação são fortalecidas pelas políticas contemporâneas e quais desafios se colocam para a construção de um projeto

educacional comprometido com a educação pública, a democracia e a justiça social.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, e tendo como procedimento a pesquisa documental. O corpus empírico é constituído pelos resultados oficiais da Prova Nacional Docente (PND) e do Enade das Licenciaturas 2025, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em maio de 2026. Foram examinados os indicadores relacionados ao desempenho dos concluintes das licenciaturas segundo modalidade de ensino, categoria administrativa das instituições e padrões de proficiência estabelecidos pela avaliação. Os resultados do Enade não foram compreendidos apenas como indicadores de desempenho acadêmico, mas como expressões das transformações políticas e econômicas que vêm reconfigurando a formação docente brasileira nas últimas décadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do Enade das Licenciaturas 2025 evidenciam contradições importantes no processo de formação inicial de professores no Brasil. O primeiro aspecto que chama atenção refere-se à predominância da modalidade de Educação a Distância (EaD) na formação docente. Dos concluintes avaliados, 60% pertenciam a cursos EaD, enquanto apenas 40% eram oriundos de cursos presenciais. Esse dado demonstra a consolidação de uma política de expansão fortemente baseada na oferta de cursos a distância, sobretudo pelo setor privado.

Entretanto, quando analisados os níveis de proficiência alcançados pelos estudantes, observa-se uma significativa diferença entre as modalidades de ensino. Entre os concluintes dos cursos presenciais, 73,9% atingiram os padrões de proficiência estabelecidos pelo Inep. Já entre os concluintes dos cursos EaD, esse percentual foi de apenas 46,9%. A diferença de aproximadamente 27 pontos percentuais revela que a expansão quantitativa da formação docente não foi acompanhada por condições equivalentes de qualidade formativa.

Esses resultados permitem problematizar um dos principais argumentos utilizados para justificar a ampliação das licenciaturas a distância: a democratização do acesso ao ensino superior. Embora a EaD tenha ampliado o número de matrículas e possibilitado o ingresso de estudantes historicamente excluídos da educação superior, os dados sugerem que a

massificação do acesso não foi acompanhada de investimentos capazes de assegurar uma formação docente com a mesma consistência acadêmica observada nos cursos presenciais.

Os resultados também evidenciam diferenças expressivas entre as categorias administrativas das instituições formadoras. Enquanto 75,9% dos concluintes das instituições federais e 73,3% das estaduais alcançaram a proficiência, apenas 46,8% dos estudantes das instituições privadas com fins lucrativos atingiram esse patamar. Os dados revelam que os melhores desempenhos permanecem concentrados nas instituições públicas, historicamente responsáveis pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão e pela formação de professores em condições acadêmicas mais estruturadas.

Nessa perspectiva, os dados dialogam diretamente com as análises de Peroni (2003) sobre a redefinição do papel do Estado e com as reflexões de Boron (2003) acerca das reformas orientadas pelo mercado. Ao transferir progressivamente para a iniciativa privada a responsabilidade pela expansão da educação superior, o Estado contribuiu para a constituição de um modelo de formação docente marcado pela racionalidade econômica, pela redução de custos e pela ampliação de escalas de atendimento. Os resultados do Enade, entretanto, indicam limites importantes desse modelo.

As evidências também permitem problematizar a reforma empresarial da educação analisada por Freitas (2018). Embora as avaliações em larga escala sejam frequentemente utilizadas como instrumentos de responsabilização e controle, os próprios resultados do Enade revelam que os desafios da formação docente não podem ser atribuídos exclusivamente aos indivíduos ou às instituições. Eles refletem escolhas políticas relacionadas ao financiamento da educação, aos processos de regulação estatal e às formas de expansão da oferta formativa adotadas nas últimas décadas.

Desse modo, os dados analisados sugerem que a crise da formação docente não decorre apenas de insuficiências pedagógicas, mas está associada a um projeto de sociedade que subordinou a educação às exigências da acumulação capitalista. A expansão das licenciaturas EaD, a crescente presença dos conglomerados privados e a centralidade dos mecanismos de avaliação constituem expressões de uma racionalidade que privilegia a eficiência e a produtividade em detrimento de uma formação crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

CONCLUSÕES

Os resultados do Enade das Licenciaturas 2025 evidenciam que a formação docente constitui um campo atravessado por disputas em torno de distintos projetos de sociedade e educação, cujos efeitos se expressam nas políticas de expansão do setor privado, flexibilização regulatória e mercantilização da educação superior. Embora a predominância das licenciaturas em Educação a Distância (EaD) revele o alcance das estratégias de massificação da formação docente, as diferenças de desempenho entre cursos presenciais e a distância, bem como entre instituições públicas e privadas, indicam que a ampliação do acesso não foi acompanhada pela garantia de condições equivalentes de qualidade formativa.

Conclui-se que a discussão sobre a qualidade da formação de professores não pode ser dissociada das disputas em torno do papel do Estado, do financiamento da educação e dos projetos societários em disputa na contemporaneidade. Nesse sentido, defender uma formação docente comprometida com a democracia e a justiça social implica reafirmar a educação como direito público e questionar os processos de mercantilização que vêm redefinindo o trabalho docente e os sentidos da formação de professores no contexto da nova (des)ordem global.

REFERÊNCIAS

BORON. Atílio A. El Estado y las “reformas del Estados orientadas al mercado”. Los “desempeños” de la democracia em America Latina. In: KRAWCZYK, Nora Rut; WANDERLEY. Luis Eduardo (org.). **América Latina**: Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003. p. 19-67.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. SP: Expressão Popular, 2018.

PERONI, Vera. Breves considerações sobre a redefinição do papel do estado. In: PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã,2003.